

Municípios pedem mais recursos

Maceió — Os prefeitos esperam uma reforma tributária bem diferente da proposta do Governo Federal. Reunidos em Maceió até sábado à noite no 7º Congresso Brasileiro de Integração Municipal, eles estão propondo que um terço das receitas públicas fiquem com os municípios. No documento divulgado ao final do encontro, os municipalistas querem que a reforma obedeça “ao princípio de ampliação da base tributária e respeite a autonomia municipal”.

Atualmente, a parte que cabe aos municípios está em torno de 22% do bolo tributário nacional. Para chegar a um terço, foi proposto que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deve ser formado por uma porcentagem da arrecadação de todos os impostos federais. No entender dos municipalistas, isso deve ocorrer “não só para tornar sua base econômica maior, como também para evitar que a União utilize de subterfúgios, como

ocorre hoje, onde o FPM é formado somente pela arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados”.

A Associação Paulista de Municípios propôs a realização de uma auditoria nas contas do FPM para esclarecer como o Governo Federal anuncia o aumento da receita tributária e promove uma redução na alíquota dos municípios. Os congressistas aprovaram, porém, uma proposta mais amena. “Deve ser encontrado um mecanismo, quer por meio do próprio Tribunal de Contas da União, quer por um organismo autônomo, com poderes para acompanhar o comportamento das receitas partilhadas, para evitar a sua indevida evasão”. A Carta de Maceió denuncia que “apesar de ser constitucionalmente obrigatória a publicação da arrecadação e do quinhão de cada município, tem-se constatado diferenças enormes entre uma e outra”.

Alan Marques